

BOLETIM informativo



Mala Direta
Postal

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

SISTEMA FAEP

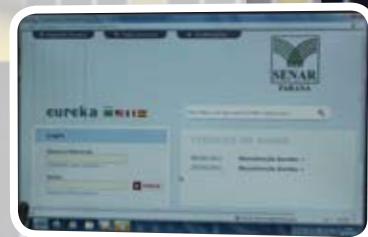


Ano XXVI
nº 1137
23 a 29 de maio de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares

Eureka!

O ensino à
distância do
SENAR-PR



Código: na reta final?



Plano Safra 2011/2012 terá novo Manual de Crédito



2 Opinião
Rosângela X Vaccarezza

4 Código
Agora vai?



Fernando Santos

8 Sistema FAEP
Um "MBA" Sindical

9 Trigo
2,6 milhões para seguro

10 Política Econômica
Novo manual de crédito

12 Viagem Técnica
Roteiro na Europa

16 Eureka!
O ensino à distância do SENAR-PR

18 Via Rápida
O Mundo atual, a Chama azul, Nas alturas, o Fidel no inferno, a Claque, a Carcinicultura, A primeira novela, "Sob Vara", Profundas e Cinco bons motivos para ser pobre

20 Cursos
Inclusão Digital, Mulher Atual, Atendimento contábil, JAA, Colhedora de Cana, Panificação, Mercado Futuro, Tratores e Posses

OPINIÃO

O casal Jair e Rosângela Berta não despregou os olhos da TV na noite de 11 de maio. Acompanhou todas as discussões e a recusa da Câmara Federal em votar o novo Código Florestal, numa iniciativa do líder do governo, o petista Cândido Vaccarezza. Despachada e bem informada sobre o que ocorre na economia e na política do país, Rosângela, nascida em Arapongas, revoltou-se com a falta de desfecho em Brasília. Com um filho cursando Agronomia ela acompanha o dia a dia do marido na administração da propriedade de 68 hectares em Medianeira, no oeste paranaense, onde soja, milho e avicultura formam o trinômio produtivo dos Berta. Mas a maior preocupação deles é com a legislação ambiental. No dia seguinte à indecisão no Congresso, Rosângela sentou diante do computador e despachou a seguinte carta ao deputado Vaccarezza:

Boa noite

Muito me indignou sua posição na noite do dia 11/05/11 quando impediu a votação do código florestal. Na minha humilde opinião, num país democrático qualquer lei deve ser votada, mesmo que o governo não seja favorecido. Minha dúvida nesse momento é se realmente estamos vivendo numa democracia.

Os agricultores estão sendo marginalizados e a partir de 11 de junho estarão produzindo na ilegalidade. Tenho certeza que o senhor sabe que a comida não vem direto das fábricas ou dos restaurantes. Atrás dela teve um agricultor que trabalhou muito.

A agricultura é uma indústria a céu aberto e não depende somente de um bom gerenciamento, uma boa tecnologia e trabalho, mas também de um clima que ajude, é uma atividade de risco que no Brasil trabalha sem subsídios (com exceção dos pequenos produtores).

Vala comum?

Com certeza o senhor também sabe que o superavit no nosso país não é gerado apenas pela agricultura familiar, mas em sua grande parte pelo trabalho de muitos agricultores de médio e grande porte que deveriam ser valorizados e não tachados de depredadores do meio ambiente. Com certeza em todas as regras há exceções, porém como representantes do povo vocês deveriam estar mais preocupados em fazer leis para penalizar os que depredam realmente e não colocar todos na vala comum como estão tentando fazer.

Moro na região oeste do estado do Paraná e meu marido é agricultor desde criança. Na época em que o pai dele veio para essa região foi incentivado a derrubar a mata para produzir alimentos para matar a fome dos brasileiros. Por que agora algumas ONGs vem e dizem que temos que reflorestar 20% da área que possuímos? Existe alguém que vai pagar por isso?

Talvez os senhores pudessem fazer uma lei para que todos os brasileiros colaborassem com

Sr. deputado!



Líder do governo,
o petista Cándido
Vaccarezza

Talvez o que os agricultores devam fazer é cessar a compra de máquinas, implementos e diminuir a tecnologia a ser utilizada, ou mesmo fazer greve e não plantar nada, pois nesse país quem trabalha é tachado de marginal/depredador.

20% dos salários, a fim de preservar o meio ambiente. Com certeza se nós tivéssemos rendimentos nas áreas de reserva legal, condizentes com a produtividade regional, não ficaríamos esperando para chover ou fazer sol. Ou esperar o preço adequado para termos uma vida digna. Ficaríamos muito tranquilos dentro de casa sem fazer esforço algum, nem enfrentar o sol quente, seria bem mais fácil receber o dinheiro no fim do mês.

Não sei o que a população iria comer, nem quanto isso iria custar, mas na verdade parece que isso não vem ao caso, pelo menos não agora.

Todos iguais?

Outra coisa que intriga é a seguinte, de acordo com a Constituição Federal: Art. 5º “todos são iguais perante a lei”, sem distinção de qualquer natureza. Então por que somente os agricultores vão ter que recompor as áreas desmatadas? Pelo que vi na cidade de São Paulo, nas margens do Rio Tietê, não tem nem grama? Se somos iguais, cada apartamento com determinada metragem deve possuir também uma reserva legal de 20% da sua metragem. Afinal a constituição federal ainda prega:



Agência Brasil

Arquivo

Rosângela Berta

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II garantir o desenvolvimento nacional;
- III erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não vejo como a criação de reservas legais possa auxiliar no desenvolvimento nacional e nas desigualdades sociais. Na minha opinião ela só os agrava, trazendo além disso discriminação entre os cidadãos agricultores e moradores urbanos.

Com isso não quero dizer que a natureza deva ser depredada, apenas quero ressaltar “os dois pesos e as duas medidas” que estão sendo utilizados. Talvez seja mesmo hora de rever essa lei e propor desapropriações por preços justos, para que o governo possa ser bonzinho e preservar o que os ambientalistas e as ONGs querem.

Talvez o que os agricultores devam fazer é cessar a compra de máquinas, implementos e diminuir a tecnologia a ser utilizada, ou mesmo fazer greve e não plantar nada, pois nesse país quem trabalha é tachado de marginal/depredador.

Os agricultores não podem e não devem arcar com mais essa conta sozinhos.

Com respeito
Rosângela Berta

PS. Até a semana passada Vaccarezza não havia respondido a carta de Rosângela.



Agência Brasil

Enfim, a votação?

Quando a edição impressa deste Boletim estiver nas mãos dos leitores, é possível que a Câmara Federal tenha votado e aprovado o novo Código Florestal brasileiro. Negociações realizadas na semana passada foram concluídas para que a votação ocorra na manhã desta terça-feira, dia 24. O passo seguinte será a votação no Senado Federal. Nas duas casas o governo tem ampla maioria.

Nos bastidores do Congresso a bancada que apoia o substitutivo do deputado Aldo Rebelo aproveitou a fragilidade política do chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, acusando de multiplicar por 20 seu patrimônio em apenas quatro anos, para obter aval para a votação. “É uma acusação maldosa. Não há qualquer relação”, disse o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP). No mesmo tom, o líder do DEM, ACM Neto (BA), disse que “nunca aceitaríamos” um acordo para livrar Palocci.

Além disso, a urgência na votação de uma medida provisória em que se alteram as normas de licitação para as obras da Copa do Mundo e outra que prorroga tributos sobre a energia elétrica e cria incentivos para o desenvolvimento de usinas nucleares fez parte das negociações. Essas duas MPs serão votadas após a aprovação do Código Florestal.

A promessa é que nesta terça-feira a Câmara vote o Código Florestal

Veja os itens principais

O texto, elaborado pelo relator Aldo Rebelo (PCdoB-SP), consolida todos as áreas cultivadas até 22 de julho de 2008 e regulariza as áreas consolidadas com isenção de produtores que se cadastrarem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). É permitida a soma da Reserva Legal (RL) com a APP.

Autoriza a compensação da Reserva Legal fora do Estado do desmatamento original, mas no mesmo bioma, e garante uma averbação simplificada.

Desobriga a recomposição da Reserva Legal em propriedade de até quatro módulos fiscais (72 hectares em média no Paraná), além de regularizar produção em encostas, topos de morro e várzeas.

A delegação de poderes para regularização ambiental pelos Estados será reexaminada no Senado. O governo federal perderia a prerrogativa de estabelecer por decreto as hipóteses de intervenção dentro de áreas de proteção permanente (APPs), cumpridos os requisitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Pelo texto, os estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), terão o poder de estabelecer, além de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, outras que podem justificar a regularização de áreas desmatadas.



* **Avaliações da agrônoma Carla Beck, DTE/FAEP**

2012

2011

2011

2010

2009

2008

2007

2006

2005

2004

2003

2002

2001

2000

1999

1998

1997

1996

1995

1994

1993

1992

1991

1990

1989

1988

1987

1986

1985

1984

1983

1982

1981

1980

1979

1978

1977

1976

1975

1974

1973

1972

As propostas de Aldo Rebelo

Essas eram as alterações previstas pelo relator do Código Florestal

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Mantém as mesmas medidas previstas na lei vigente (lei 4.771/65), mas retira a proteção das áreas de dunas, manguezais e veredas.

Admite culturas lenhosas perenes, atividades florestais e de pastoreio extensivo nas APPs de topo de morro, encostas e de altitudes elevadas (acima de 1,8 mil metros).

Para cursos d'água de até dez metros de largura, permite a recomposição de 15 metros, e não de 30 metros, como exige a lei em vigor.

Não considera áreas de APP a várzea fora dos limites previstos na mata ciliar.

Para as APPs de margens de rios, prevê a medição a partir da calha do curso d'água no nível regular da água.

Áreas consolidadas

No caso das Áreas de Preservação Permanente (APPs) – como beira de rios, encostas de morros muitas delas ocupadas há décadas pela agricultura, especialmente no Sul do país – a regulamentação da ocupação se dará por decreto presidencial.

No caso de serem consideradas áreas consolidadas para cursos d'água de até 10 metros de largura, permite a recomposição de 15 metros, e não de 30 metros.

O texto refere-se a áreas já ocupadas e não é autorização para desmatamento novo.



Punição

Isenta os proprietários rurais das multas e demais sanções previstas na lei em vigor, para quem suprimiu a vegetação nativa ilegalmente até 22 de julho de 2008. Para os agricultores que se inscreverem no Cadastro Ambiental, serão suspensas as sanções administrativas.

Moratória do desmatamento

Sai a proibição de novos desmatamentos em todas as propriedades rurais.

Interesse social

Classifica produção de alimentos como atividade de interesse social.

Reserva Legal

Reserva Legal: função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural. Mantém as mesmas proporções da lei atual.

Dispensa propriedades de até quatro módulos fiscais da necessidade de recomposição das áreas de reserva legal utilizadas.

O que exceder quatro módulos fiscais deverá somar a APP + RL na sua integridade. Admite a soma de APPs no cálculo da reserva legal.

Admite exploração econômica da reserva legal, mediante aprovação do órgão competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

O Código de ontem e de hoje

Cleverson Bege



A seguir a trajetória do Código Florestal desde a sua instituição em 1934, as principais alterações sofridas e o que será negociado agora na reta final para sua votação no Congresso Nacional.

Área de Preservação Permanente - APP

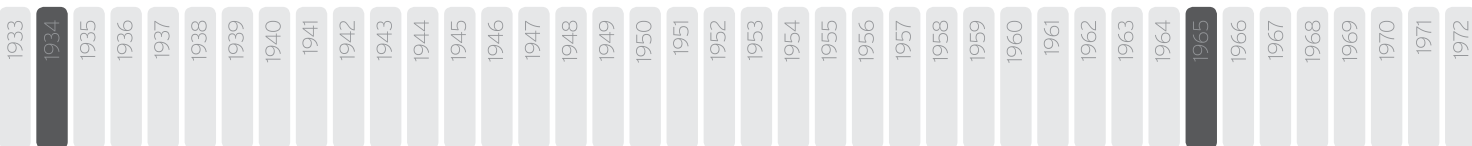
Conceito: cobertura ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; vegetação existente em margens de rios e lagos, topos e encostas de morros, nascentes, restingas, altitude superior a 1,8 mil metros; variável em função da largura dos rios. Para as APPs de margens de rios, a medição deve começar do nível mais alto da água do período de cheias.

Reserva Legal - RL

Conceito: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativa.

Variável em função da região e do tipo de bioma. Para a região sul é de 20% da área da propriedade tem que ficar destinado a RL.

Veja as alterações das áreas de preservação permanente ao longo do tempo com sucessivas mudanças na lei.



1934

A análise das alterações do Código Florestal

A lei ambiental foi alterada inúmeras vezes, por meio de leis e medidas provisórias colocando o produtor na ilegalidade. O primeiro Código Florestal brasileiro foi instituído em **1934** (Decreto nº 23.793 de 23/01/1934) com o intuito de manter uma reserva de madeira para uso próprio na propriedade denominada de reserva florestal.

1965

Em **1965** foi aprovado o atual Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 4.771/65), visando a regulamentação do uso e proteção dos recursos naturais e introduzido à figura da Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).



Arquivo

Mudanças na Largura de Áreas de Preservação Permanente

Largura do Rio	Largura da Faixa Marginal de Preservação Permanente		
	* 1965	** 1986	*** 1989
Menor que 10	5 metros	30 metros	30 metros
De 10 a 50 metros	A metade da largura do rio	50 metros	50 metros
De 50 a 100 metros	A metade da largura do rio	100 metros	100 metros
De 100 a 200 metros	100 metros	150 metros	100 metros
De 200 a 600 metros	100 metros	150 metros	200 metros
> 600 metros	100 metros	150 metros	500 metros

* Lei 4771/1965 | ** Lei 7511/1986 | *** Lei 7803/1989 – Elaboração: DTE/FAEP

O Código Florestal

Atual com suas modificações

Lei 4571/1965



Fernando Santos

Reserva Legal

Percentual da propriedade destinado à preservação do ecossistema nativo, variável em função da região e do tipo de bioma.

Dois anos de discussões

E o relatório do deputado Aldo Rebelo foi aprovado em julho de 2010 pela Comissão Especial encarregada de atualizar o Código Florestal (projeto de lei nº 1876 de 1999)

Áreas de preservação permanente (APPs)

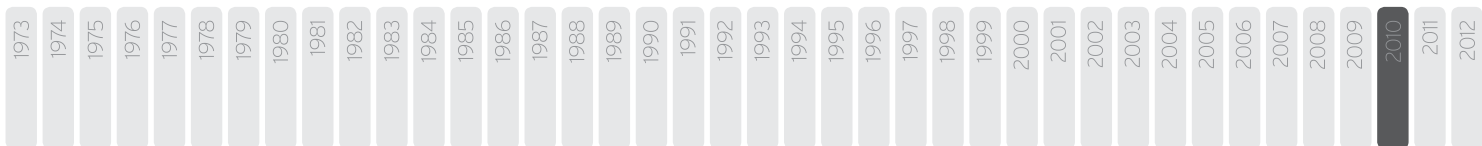
Cria nova faixa de preservação, de 15 metros, para cursos d'água de até cinco metros de largura. Mantém as demais faixas de preservação da lei 4.771/65. Retira a proteção de topos de morros, restingas e altitudes superiores a 1,8 mil metros.

Reserva Legal

Mantém as mesmas proporções da lei 4771/65.

Isenta as propriedades rurais de até quatro módulos fiscais de manter Propriedades maiores deverão calcular a reserva legal com base apenas na parte do terreno que exceder os quatro módulos.

Admite a soma das APPs no cálculo da reserva legal para propriedades maiores que 4 módulos fiscais (72ha ou 30 alqueires no Paraná).



Arquivo

Áreas Consolidadas

Áreas de preservação permanente e de reserva legal que foram degradadas ou são utilizadas para atividades produtivas. Devem ser recompostas, regeneradas ou compensadas. Exemplo o café de Minas Gerais; o arroz do Rio Grande do Sul, as maçãs em Santa Catarina entre outros.

Punição

O decreto 6514/2008 que regulamenta a lei de crimes ambientais estabeleceu pesadas multas para os produtores que não averbarem a Reserva Legal. Esse decreto foi prorrogado para o decreto 7029/09 que continua com as penalidades para o produtor que não tiver reserva legal averbada no registro do imóvel até 11 de junho de 2011.

Áreas Consolidadas

Ficam asseguradas as atividades desenvolvidas em áreas de preservação permanente (APPs), iniciadas até 22 de julho de 2008, até que o governo implemente o Programa de Regularização Ambiental (PRA); O PRA será estadual e analisará os casos de APPs ocupadas para regularizar as situações possíveis Após a implementação do PRA, os proprietários terão de recompor, regenerar ou compensar as áreas utilizadas irregularmente.

Punição

Para os proprietários que se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural (CAR) suspende as penas aplicadas por descumprimento das normas ambientais. Regularizada a situação, as multas serão convertidas em serviços ambientais.

Moratória do desmatamento

Proíbe novos desmatamentos em todas as propriedades rurais do país por cinco anos a partir da entrada em vigor da nova lei

2010

Sistema FAEP inicia "pós-graduação" em Gestão Sindical

Funcionários de sindicatos rurais do Estado, matriculados no programa, estiveram em Curitiba para a primeira aula

Cerca de 60 colaboradores de sindicatos rurais do Estado e funcionários de empresas ligadas ao agronegócio deram o "pontapé" inicial para avançar em suas formações. Na última semana, eles participaram da primeira aula do Programa de Formação em Gestão Sindical e em Gestão de Pessoas, um curso semelhante a um MBA, desenvolvido e ofertado gratuitamente pelo Sistema FAEP.

O presidente da entidade, Ágide Meneguette, participou da abertura do curso. Ele parabenizou os alunos pela determinação. "Só melhoramos através do conhecimento. Meu pai sempre me dizia 'cada dia da sua vida é uma aula nova'. Então hoje essa é a aula nova de vocês", motivou. Segundo o presidente, a formação atende a uma demanda dos próprios gestores dos sindicatos. "A ideia é criar uma nova geração de gestores, que possam ser cada vez mais úteis aos produtores rurais e à comunidade, contribuindo para avançar a nossa agropecuária", disse.

Meneguette também lembrou que o Sistema FAEP está sempre investindo em treinamentos, seja dos próprios colaboradores, quanto da classe rural por completo. "Há mais de 15 anos fazemos investimentos em treinamentos permanentes, porque o aprendizado ninguém tira de você", disse, citando alguns programas e cursos ofertados em todo o Paraná pelo SENAR.



Fotos: Fernando Santos

Ágide Meneguette fez a abertura e o professor **Francisco Bittencourt** foi o primeiro palestrante



O primeiro encontro, ministrado pelo mestre em Gestão Empresarial e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Francisco Bittencourt, abordou a disciplina Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual. Assim como Bittencourt, todas as aulas serão ministradas por especialistas. Serão 200 horas de curso, com aulas presenciais e no sistema de Educação à Distância (EAD), com a utilização da plataforma Eureka.

Os alunos representam 45 municípios. Segundo o coordenador do departamento Sindical do Sistema FAEP, José Carlos Gabardo, uma nova turma será lançada no próximo ano se houver boa aceitação dos primeiros participantes e se os objetivos forem alcançados. Afinal, "ficamos com fila de espera", informa Gabardo.



R\$ 2,6 milhões para o seguro rural do trigo

O governo do Paraná liberou R\$ 2,6 milhões para execução do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural para o trigo que está sendo plantado este ano. Com a subvenção – que cumpre a lei estadual 16.166 de 2009 –, o produtor arca com apenas 15% do custo efetivo do prêmio do seguro, já que o governo estadual garante 15% e o governo federal responde pelos outros 70%.

Essa ação é pioneira na região Sul do País, onde se concentra a produção de trigo. O Paraná é o maior produtor nacional do grão. Este ano deverá colher 2,85 milhões de toneladas, o que corresponde a 56,6% da produção brasileira prevista para 2011.

A lei estadual de seguro rural – que estabeleceu a garantia de pagamento de 15% do valor do prêmio pelo governo estadual – foi instituída inicialmente para amparar os produtores de trigo que investem no plantio da lavoura e ficam vulneráveis aos riscos do clima. Frequentemente as lavouras de trigo no Sul do País sofrem com alguma ocorrência climática que prejudica a qualidade do grão, como geadas severas du-

**Produtor
entra com
15% do
prêmio do
seguro**

rante o desenvolvimento vegetativo ou excesso de chuvas na colheita.

De acordo com o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, a expectativa é que sejam atendidos mais de 1.000 agricultores em todo o Estado com recursos que podem chegar a R\$ 4.500,00 por produtor. Essa ação beneficia todos que aderirem ao seguro rural privado, independente da categoria do produtor.

O Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural foi criado para reduzir custos de produção e aumentar a renda do produtor, de forma que ele tenha condições de aplicar mais tecnologia na lavoura e elevar a qualidade do trigo produzido no Paraná. Além disso, visa incorporar o seguro rural como instrumento de estabilidade agropecuária, explicou Ortigara.

O programa opera com recursos do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE) gerenciados pela Agência de Fomento do Paraná e é coordenado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

(Agência Estadual de Notícias)

Plano Safra 2011/2012: um novo Manual de Crédito

O jornal Valor Econômico antecipou, na semana passada, as fortes mudanças que devem ocorrer nas regras de crédito rural no Brasil. O jornal teve acesso às principais alterações, das quais a “descommoditização” da política agrícola é destaque. Segundo a reportagem do jornalista Mauro Zanatta, produtores de arroz, feijão, carnes, frutas e hortigranjeiros, que hoje pagam juros mais elevados, serão equiparados aos empresários de soja, algodão e milho.

“A ação do governo precisa ser igual para todos os produtores, e não para uma cultura específica. Hoje, temos uma política mais ‘commoditizada’. O foco é para igualar carnes, batata e tomate, que pagam taxas mais elevadas, às commodities”, disse ao jornal, o secretário-adjunto

Vem aí o “cheque especial” com maiores limites e prazos

de Política Econômica do Ministério da Fazenda e coordenador da revisão do manual, Gilson Bittencourt.

O esforço para o novo Manual de Crédito Rural, cujo resultado será divulgado no fim de maio, busca estimular a produção de alimentos básicos, induzir a diversificação da agropecuária, garantir a sustentação de preços ao produtor e, ao mesmo tempo, manter sob controle a inflação dos alimentos.

Parte das mudanças, debatidas com bancos públicos e privados pelo governo, será anunciada no novo Plano Safra 2011/2012, conforme apurou o jornal. O restante ainda aguarda aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), no fim de junho.

Com 500 páginas, o novo manual de crédito tentará desburocratizar as opera-

CONFIRA ALGUMAS REGRAS DO NOVO MANUAL:

Unificação de limites de crédito

O novo manual unificará os limites individuais de crédito, que passarão a ser liberados por CPF do beneficiário. Assim, os limites por cultura devem acabar. A medida deve elevar o teto dos recursos, de R\$ 650 mil para até R\$ 975 mil, dependendo da criação de “sobretetos”, ainda em discussão. O governo transformará os R\$ 650 mil em piso.

Bônus

Se usar sementes certificadas, o produtor pode ter um bônus de 15%. Se comprovar respeito às leis ambientais, terá outros 15%.

Cotações

Para sustentar preços aos produtores durante os picos de safra, quando a abundância de oferta tende a derrubar cotações, o governo também dará ênfase à comercialização da produção. Para isso, vai separar a proteção ao produtor do crédito à agroindústria.

Novos instrumentos

Os Empréstimos do Governo Federal (EGFs) devem acabar. No lugar, o governo criará dois novos instrumentos: o Financiamento para Estocagem de Produtos Integrantes da PGPM (FEPM) e FEE, para produtos fora da Política de Garantia de Preços Mínimos. Haverá uma elevação nos limite de crédito até duas vezes do que o produtor emprestou em custeio. Meta é dar velocidade à comercialização, garantir mais

dito Rural



Fernando Santos



ções rurais e simplificar a concessão de recursos para custeio, investimento e comercialização das safras.

Os bancos receberam bem as mudanças. “Parabéns ao Gilson pelo trabalho árduo. É um estímulo importante que demandou muito tempo e equipe especializada”, disse o diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Ademiro Vian. Antes, porém, os bancos terão que mudar sistemas de tecnologia, contratos-padrão e fazer adequações operacionais. “Mas é momento bom para fazer mudanças”.

recursos ao produtor para segurar produtos nos armazéns e conferir mais “poder de fogo” para reter produção, inclusive pecuária.

“Cheque especial”

As mudanças incluem a criação de uma espécie de crédito rotativo (“cheque especial”), com limite de crédito mais amplo e prazo maior. O governo ainda decidirá se o limite será R\$ 200 mil, R\$ 300 mil ou R\$ 500 mil. A ideia é “zerar”, por dois meses, essa conta. Entre junho

e julho, por exemplo, o produtor quitaria esse débito.

Agroindústrias

Os produtores integrados a agroindústrias terão limites unificados de R\$ 70 mil por CPF. Os tetos para investimentos fixos e semifixos devem subir, passando de R\$ 200 mil para 300 mil. As agroindústrias também terão limites maiores, passando de R\$ 30 milhões para R\$ 40 milhões, inclusive no Funcafé (FAC). Os sementeiros terão até R\$ 7 milhões.

DIR Cooperativas

O governo avalia permitir aos bancos de cooperativas cumprir, em nome dos bancos privados, parte das “exigibilidades” do crédito rural - a parcela de 25% dos depósitos à vista com aplicação obrigatória no rural. A meta é fortalecer e estimular as cooperativas. Para criar o Depósito Interfinanceiro para Cooperativas de Crédito (DIR Cooperativas), porém, ainda falta definir a distribuição de riscos bancários.

VIAGEM TÉCNICA

“

Existe uma preocupação muito séria em relação à água, principalmente na contaminação por nitrato, oriundo da grande quantidade de matéria orgânica produzida pelos animais que vivem quase o ano inteiro confinados em função das condições climáticas.

”



Fotos: Sistema FAEP



Um olhar so

“

Considerei muito importante o fato dos europeus considerarem as pastagens como controladoras da poluição. Por isso só conseguem aumentar a agricultura em áreas que não sejam de pastagem.

”

Após 16 dias de viagem técnica pela Europa, presidentes de sindicatos rurais retornam ao Brasil; na bagagem conhecimento e ideias

Por Cynthia Calderon

Quatro países, 11 localidades (cidades) e 16 dias de visitas técnicas a propriedades, associações, laboratórios e entidades ligadas à agropecuária nos arredores da Europa. Essa foi a programação realizada pelo grupo de produtores rurais do Paraná e técnicos da área, que participou da primeira Viagem Técnica Internacional 2011, promovida pelo Sistema FAEP.



“

Hoje temos uma ideia diferente, antes havia uma crítica do Brasil ao subsídio que era pago direto à produção. Criaram regras e normas para sua obtenção que podem chegar até 100% do valor estabelecido dentro do projeto específico para cada propriedade.

”



bre a Europa

Liderados pelo diretor financeiro da instituição, João Luiz Rodrigues Biscaia, o grupo de 34 pessoas, composto por presidentes de sindicatos e técnicos do Sistema FAEP, secretarias da agricultura, meio ambiente e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), teve como destino a França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Itália. Na bagagem trouxeram conhecimentos, experiências e ideias que poderão contribuir para o avanço da atividade rural no Estado.

Ainda neste ano, o Sistema FAEP vai promover outras três viagens técnicas. O grupo de produtores e técnicos que integra a segunda já está na Europa. A comitiva embarcou no sábado, dia 21 de maio. O retorno será em 5 de junho. Ao longo deste Boletim Informativo, você pode conferir depoimentos que retratam algumas das impressões deixadas pela agropecuária europeia no primeiro grupo de produtores paranaenses. Confira também a galeria de fotos.

“

Me chamou a atenção a diversificação das propriedades me chamou atenção, principalmente entre os pequenos produtores. Além da tecnologia aplicada na lavoura e pecuária e o alto índice de produtividade.

”

“

Eles se orgulham de serem agricultores. A casa deles é boa, a qualidade de vida também. Para chegarmos ao estágio deles vamos levar de 100 anos a mais. Enquanto não mudarmos isso estamos condenados a uma agricultura altamente produtiva e altamente dependente de banco, securitização.

”

“

O governo tem mantido políticas agrícolas para manter o homem no campo, as propriedades e o sistema agrícola, mantendo a segurança alimentar. O produtor se tornou mais guardião do meio ambiente do que produtor.

”

“

Falta entusiasmo para o jovem permanecer no campo. Ao observar o sofrimento vivido pelos pais no trabalho de dia a dia, o jovem desanima. Ele cresce vendo o pai devendo no banco e quer estudar para ir para cidade em busca de uma vida melhor, pois o campo não oferece renda. Me surpreendeu ver que, como no Brasil, este fato também ocorre na Europa.

”



Fotos: Sistema FAEP



ROTEIRO

França, Bélgica e Holanda

Na primeira semana de viagem, a comitiva paranaense percorreu os arredores de Paris, Bruxelas, Amsterdam, Rotterdam e Arnhem. Nas propriedades francesas, destaque para o sistema de produção em forma de arrendamento da propriedade, com as famílias morando e trabalhando no local. Já na Bélgica e Holanda, a administração das terras é conduzida pelos proprietários. O tamanho médio das propriedades holandesas é de 15 hectares e de 50 na França e Bélgica.

O alto nível de mecanização agrícola das propriedades visitadas também chamou a atenção do grupo paranaense. São tratores equipados com cabines, sistema de tração, sistema de tomada de força traseiro e dianteiro (trabalho com dois implementos), semeadeiras de alta precisão, pulverizadores com barras que variam de 30 a 50 metros de largura e autonomia de até quatro mil litros de calda. As instalações, como galpões e barracões, são modernas com alto nível de automação. Tudo para reduzir a mão de obra que é cara e de difícil obtenção.



Alemanha e Itália

No roteiro da segunda e última semana de viagem, a comitiva esteve em Colonia e Frankfurt, na Alemanha, Bolonha e Roma, na Itália. Na Bauern Gut, uma propriedade alemã de 10 hectares, destaque para o investimento feito em turismo rural, atividade que se tornou muito forte da Alemanha nos últimos anos. O proprietário Albert Trimborn, que administra a área com a esposa Helga, mantém ainda pecuária de leite e de corte, galinhas poedeiras, gansos e suínos. A propriedade está numa localização privilegiada com 1 milhão de pessoas ao redor, num raio de 20 km. “Somos ainda uma propriedade de verdade não apenas para se ver. Tenho muitos clientes como crianças que estão reaprendendo a conhecer o campo”, disse o produtor.

Ainda na Alemanha, o grupo conheceu uma propriedade de 70 hectares, cuja atividade principal é a produção de mudas ornamentais e venda de árvores de Natal. Um negócio de família com mais de 40 anos de tradição, que já conquistou a terceira geração. Para os produtores paraenses ficou evidente o avanço na propriedade com a sucessão familiar.

“

O que mais me chamou a atenção foi o sistema de transporte fluvial muito utilizado no mercado europeu, as grandes rodovias e auto pistas não têm caminhões rodando. O porto é um modelo de organização e eficiência.

”

“

As especificidades das máquinas são diferentes das nossas. O nosso solo é distinto e eles não usam o plantio direto na palha, porque o problema deles é queimar a matéria orgânica excessiva. A cobrança tem sido maior por parte governamental, mas, em função do rendimento do europeu ser padronizado tanto na cidade quanto no meio rural, o produtor tende a permanecer no campo por vocação e amor à atividade.

”

“

O que esse pessoal está querendo com essa pressão ambiental sobre a agricultura brasileira é a seguinte: ou nos igualamos condições produtivas, focando a sanidade e o bem estar animal e as questões ambientais, ou eles param de comprar da gente. Simples assim.

”

Por Hemely Cardoso

O SENAR-PR encontrou mais uma ferramenta para levar a educação em todos os cantos do Estado. Para acompanhar o novo cenário do ensino, a instituição buscou criar um instrumento de trabalho para atingir todos os públicos: a Educação à Distância (EAD). Desde o início deste ano, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), passou a utilizar o Eureka – ambiente virtual de aprendizagem. Com essa ferramenta de ensino, o SENAR-PR está oferecendo duas vertentes de educação: a formação Pedagógica para instrutores e Programa Agrinho. “O ensino à distância é uma forma de atingir aquele cidadão que não podia fazer um curso por causa de tempo ou horário. A nova ferramenta de ensino vai facilitar o acesso aos cursos”, observa a tutora de Formação Pedagógica para instrutores, a pedagoga Josimeri Grein. Segundo ela, o objetivo é expandir a ideia a todos os cursos oferecidos pelo SENAR-PR. “Por enquanto estamos com dois projetos pilotos, mas queremos promover a educação à distância com a oferta de mais cursos”, disse.

EAD

A primeira turma virtual de formação Pedagógica concluiu a primeira fase do curso no dia 15 de abril. Com a duração de 40 horas, os 22 alunos tiveram acesso ao material teórico antes de participar da fase presencial, segunda do curso, na sede do SENAR-PR, em Curitiba. Na etapa virtual, os novos instrutores aprendem as diretrizes da instituição e a metodologia aplicada pela mesma. “Além de termos a possibilidade de realizar a primeira etapa do curso à distância, o Eureka promoveu a interação do grupo. Com esse sistema de ensino, nós tivemos acesso ao conteúdo e promovemos debates e discussões nos fóruns”, elogia a nova instrutora Ma-



EUR

A Educação à Distância (EAD):

ria José Andreacci Zuleger.

Na avaliação dela, o novo método de ensino contribuiu para aliar teoria à prática. “Como já tinha a informação antes de iniciar a fase presencial foi mais fácil para o desenvolvimento do curso”, justifica. Para a instrutora, a principal dificuldade em relação ao curso à distância foi se familiarizar com o Eureka. Ela conta que, no início, não sabia mexer com a ferramenta, mas com as instruções e a prática se adaptou ao ambiente virtual de aprendizagem.

O objetivo é expandir a todos os cursos oferecidos pelo SENAR-PR



EKA!

o novo caminho do SENAR-PR

1. A técnica pedagógica Kátia Mara de Jesus
2. A pedagoga e tutora do programa Patrícia Torres
3. A pedagoga do SENAR-PR Cristina Arruda Scheff
4. A nova instrutora do SENAR-PR Maria José Andreacci Zuleger
5. A pedagoga Regiane Hornung
6. A pedagoga Josimeri Grein

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Uma realidade das novas tecnologias de informação e no campo da educação, os ambientes virtuais de aprendizagem permitem a troca de informações e interatividade entre o professor e o aluno. No caso dos cursos do SENAR-PR que utilizam o Eureka – criado pela PUC-PR, através do Laboratório de Mídias Interativas (Lami) – as pedagogas Josimeri Grein, Regiane Hornung, Patrícia

Programa Agrinho

Desde abril deste ano o SENAR-PR está oferecendo o curso à distância do Programa Agrinho a professores de ensino da rede pública e particular. O projeto piloto com 40 horas tinha o objetivo de formar 15 turmas de 45 alunos por mês. Porém, como a procura pelo curso aumentou nos últimos meses, a previsão é que 90 turmas concluam o programa durante o ano. A pedagoga e tutora do programa Patrícia Torres destaca que o curso trabalha com várias metodologias, o que facilita o ensino dentro da sala de aula. Segundo ela, o programa inclui: A Pedagogia da Transmissão e a Sala de Aula Interativa; Aprendizagem Colaborativa; Metodologia de Projetos: O processo de aprender a aprender; Internet: Uso Responsável, Possibilidades e Aplicações; Mídia Educação: Linguagens, cultura e prática pedagógica; Mapas Conceituais; Comunidade de Aprendizagem e Redes Sociais.

A técnica pedagógica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Kátia Mara de Jesus, concluiu o curso em abril deste ano. Para ela, o piloto foi prático e atendeu as expectativas. “A metodologia pode ser aplicada no dia a dia. Sem contar que o curso virtual permitiu que eu administrasse o meu tempo. Eu podia acessar em casa em qualquer horário”, avaliou.

Torres e Cristina Arruda Scheff e a consultoria contratada pelo SENAR-PR administram os conteúdos da Formação Pedagógica e do Programa Agrinho, respectivamente.

Nesta sala de aula virtual, o aluno pode participar e ter acesso ao conteúdo, edital, cronograma das atividades, fóruns e links. Essas ferramentas permitem a troca de informações entre os participantes do curso.



Mundo atual

Há no mundo atual 192 países, dos quais 146 são repúblicas. Entre as 46 monarquias, 15 integram a Comunidade das Nações Britânicas Independentes e têm como chefe de estado a rainha da Inglaterra. Mas são governados por seus respectivos primeiros-ministros.

Chama azul

A chama do fogão é azul porque a queima resulta em gás carbônico e água. São esses materiais que emitem luz no espectro do azul. Quando o gás está acabando, torna-se amarelado porque passa a queimar junto algumas impurezas.

Claque

Grupo de pessoas contratadas para aplaudir, a claque vem dos tempos de Nero (imperador romano). Quando ele cantava no Anfiteatro, fazia-se acompanhar de cerca de 5.000 homens, incumbidos dos aplausos. Lula e demais políticos deve ter aprendido com Nero.



Fidel no inferno

Fidel morre e chega ao céu, mas não está na lista. Assim, São Pedro manda-o para o inferno e é recebido pessoalmente pelo Diabo:

- Olá Fidel, seja bem-vindo. Aqui você vai-se sentir em casa.
- Obrigado, Satanás, mas estive primeiro no céu e esqueci minhas malas lá em cima.
- Não se preocupe. Vou enviar dois diabinhos para pegar suas coisas. Os dois chegam às portas do céu, mas está tudo fechado, porque São Pedro tinha saído para almoçar.
- Olha, é melhor pularmos o muro. Aí pegamos as malas sem perturbar ninguém...
- Então, os dois diabinhos começam a escalar o muro. Dois anjinhos passavam por ali e ao verem os diabinhos, um comenta com o outro:
- Incrível, não faz nem dez minutos que Fidel está no inferno e já temos refugiados!

Nas alturas

Os três pontos mais altos do território brasileiro:

Pico da Neblina:

3.014 metros de altura.

(Localiza-se na serra do Imeri, no Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela).

Pico 31 de março:

2.992 metros de altura.

(Na serra do Imeri, no Estado do Amazonas, vizinho ao Pico da Neblina).

Pico da Bandeira:

2.889 metros de altura.

(Na serra do Caparaó, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo).



Carcinicultura

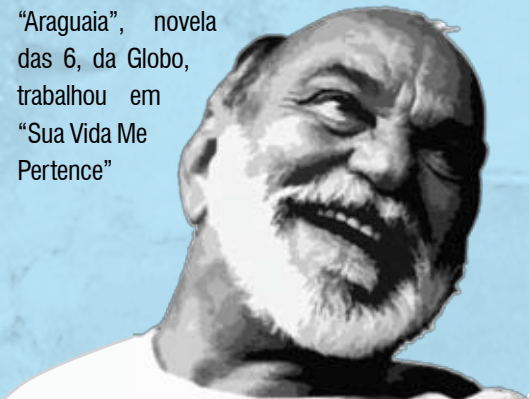
Não é a cultura da “carcinha”, mas a técnica de criação de camarões em viveiros, muito desenvolvida, atualmente, no litoral brasileiro do Rio Grande do Norte e Ceará.

“Sob Vara”

Os juízes ingleses, no século XV, portavam uma vara, símbolo da autoridade. Com ela, abriam as audiências. As pintadas de branco competiam aos juízes letrados. As de vermelho, aos juízes leigos. Daí veio a expressão “sob vara”, quando alguém recusa uma convocação judicial.

A primeira novela

A primeira telenovela brasileira foi “Sua Vida Me Pertence”, exibida na extinta TV Tupi, em 1951. Foi escrita, dirigida e protagonizada por Walter Forster e permaneceu no ar de novembro de 1951 a fevereiro de 1952. Como não existia vídeoteipe na época, os capítulos eram exibidos ao vivo duas vezes por semana. Foram apenas 15 capítulos. “Sua Vida Me Pertence” também foi a primeira novela a exibir um beijo na televisão brasileira, um simples selinho. Lima Duarte, que atuou em “Araguaia”, novela das 6, da Globo, trabalhou em “Sua Vida Me Pertence”



Profundas

- Não ligue se todos vivem fazendo piadas e tentando te rebaixar só porque você é gorda. Lembre-se: você é muito maior do que isso tudo.
- Preserve os gatos pingados. Afinal, eles são só meia dúzia.
- O primeiro sentimento de quem está de dieta é o de revolta. Dá vontade de acabar com tudo, a começar pelo que tem na geladeira.
- É graças a Deus que o Brasil tem saído de situações difíceis. Mas graças ao diabo é que se mete em outras.
- A família é como a varíola: a gente tem quando criança e fica marcado para o resto da vida. (Jean Paul Sartre)

Cinco bons motivos para ser pobre

1. **É SIMPLES!** Você não perde seu precioso tempo com grandes sonhos. Contenta-se com um sonho de padaria, um sonho de valsa.
2. **É VALORIZADO!** Em um mundo de mulheres interesseiras e oportunistas, só as sinceras e verdadeiras dão bola para você.
3. **É SAUDÁVEL!** Você tem uma vida de atleta: correndo para alcançar o ônibus, malhando para conseguir um lugar para se sentar e se alongando para passar por baixo da catraca.
4. **É ANTIESTRESSANTE!** Nenhum vendedor te liga para empurrar alguma bugiganga.
5. **É ALIVIANTE!** Com a sua fama de pé-rapado, nenhum amigo te pede dinheiro emprestado e, dependendo do seu grau de pobreza, eles nem serão mais seus amigos.



São João



Inclusão Digital

Nos dias 5 e 6 de maio, o Sindicato Rural de São João realizou o curso Inclusão Digital I com 10 participantes. Introdução à Informática; O Que é a Internet; Conhecendo Aplicativos Br Office e Navegando na Internet, estão entre os temas. Os cursos ofertados e materiais são gratuitos e certificados pelo Sistema FAEP/SENAR. Para quem estiver interessado em participar dos cursos oferecidos basta procurar o sindicato rural.

Mandaguçu



JAA

Encerrou no dia 5 de maio o curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), com módulo específico em cana-de-açúcar, realizado no município de Mandaguçu. A turma, composta por 11 alunos do Colégio Estadual Parigot de Souza, foi conduzida pelo instrutor Maurício Aparecido da Silva. Durante o curso o grupo desenvolveu trabalhos e projetos para a área rural, entre eles, o projeto de tempo médio de decomposição no meio ambiente.

Astorga



Atendimento contábil

Os funcionários do Sindicato Rural de Astorga deram duro para concluir em tempo hábil as declarações de Imposto de Renda Pessoa Física dos associados. Foram 557 declarações. “O preenchimento até que é tranquilo, o que mais dá trabalho é reunir os documentos”, comenta Juliano Potanóski, mobilizador do SENAR-PR e responsável pelo departamento administrativo e contábil. Para não perder nenhum prazo o Sindicato fez parceria com os bancos e cooperativas e mobilizou seis funcionários para a função e designou um funcionário para buscar os documentos faltantes. Parabéns ao time do Sindicato de Astorga envolvido no trabalho: Juliano Potanóski, Marcia Cristina da Silva, Tácito Octaviano, Marcos Massi e João Lázaro Pires.

Ortigueira



Mulher Atual

As 25 produtoras rurais começaram no dia 30 de abril o curso Mulher Atual no Sindicato Rural de Ortigueira. A turma é conduzida pela instrutora Sandra Tamburi Prestes.

Terra Roxa



Mercado Futuro

O Sindicato Rural de Terra Roxa, em parceria com a C. Vale Cooperativa Agroindustrial na unidade de Santa Rita do Oeste, realizou o curso “Mercado Futuro” entre os dias 12 e 13 de maio. Sob a orientação do instrutor Vanderley de Oliveira os 14 participantes aprenderam sobre a comercialização de produtos agrícolas.

Jandaia do Sul



Colhedora de Cana

O Sindicato Rural de Jandaia de Sul, em parceria com a Cooperval, realizou nos dias 2 a 13 de maio o curso de Colhedora de Cana. Os 12 participantes foram orientados pelo instrutor Edson Luiz Limper e tiveram aulas teóricas e práticas. Precauções de segurança, manutenção, sistemas operacionais e manobras, estão entre os conteúdos do curso.

São Jorge do Ivaí



Panificação

O Sindicato Rural de São Jorge do Ivaí, em parceria com a prefeitura e Ação Social, realizou nos dias 3 e 4 de maio o curso Panificação. A turma de 11 alunos, que degustou mais de 20 receitas, foi conduzida pela instrutora Junia Zacarias.

Cerro Azul



Tratores Agrícolas

O Sindicato Rural de Cerro Azul e o SENAR-PR realizaram, nos dias 28 e 29 de abril, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores Agrícolas. O grupo de 12 alunos foi conduzido pelo instrutor Marcio Castelhana.

POSSES

Sabaúdia

Tomou posse no dia 9 de maio a diretoria do Sindicato Rural de Sabaúdia para o triênio 2011/2014. A chapa é composta pelo novo presidente Euclenio Vendrametto Junior; Antônio Sevidanis, vice-presidente; Angela D'Agostini, secretária e Luiz Gussão, tesoureiro.

Como deve ser a contribuição ao Senar e ao Funrural

A contribuição destinada ao SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, incide sobre a comercialização da produção rural, na alíquota de 0,2% para os Produtores Rurais Pessoas Físicas e de 0,25% para os Produtores rurais Pessoas Jurídicas.

Esse percentual não faz parte da Contribuição Previdenciária Rural, conhecida como FUNRURAL, ainda que seja recolhido na mesma GPS – Guia da Previdência Social, com alíquota de 2,1%. Somente esta contribuição foi citada na ação impetrada pelo Frigorífico Mataboi – RE 363.852.


O FUNRURAL é devido pelo produtor rural, empregador ou equiparado, em substituição à cota patronal do encargo previdenciário de 20% mais o RAT (Riscos Ambientais do Trabalho- 3%) sobre a folha de pagamento. Para o Segurado Especial é o custeio de sua previdência. Portanto, o FUNRURAL é devido ao INSS.

A contribuição ao SENAR permanece inalterada, sendo que todas as empresas adquirentes, inclusive os frigoríficos, continuam sub-rogadas nas obrigações dos produtores, ou seja, devem reter e recolher a contribuição ao SENAR.

O recolhimento ao SENAR deve ser feito da seguinte forma:

1. Quando não há liminar ou decisão judicial: A empresa adquirente deve reter e recolher FUNRURAL e SENAR. Nesse caso, deve ser utilizado a GPS com o código 2607, gerada automaticamente pelo Sistema GFIP/SEFIP. O montante total adquirido de produtores rurais deve ser informado no campo “Valor da Produção Rural – Pessoa Física”.

MODELO DE GPS

 <p>PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL</p> <p>GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS</p>		3. CÓDIGO DE PAGAMENTO	2607
		4. COMPETÊNCIA	MM/AAAA
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:		5. IDENTIFICADOR	CNPJ do Adquirente
		6. VALOR DO INSS	2,1%
		7.	
2. VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)		8.	
		9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	0,2% - SENAR
<p>ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado</p>		10. ATM/MULTA E JUROS	
		11. TOTAL	2,3%
12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA			
Instruções para preenchimento no verso.			

NOTA

Com o código 2607 o sistema bancário não aceita que o campo 6 – Valor do INSS fique em branco.

2. Quando a empresa possuir liminar para não reter o FUNRURAL, com ou sem depósito judicial: A empresa adquirente deverá reter e recolher somente 0,2% destinado ao SENAR. Nesse caso, deve-se informar em GFIP/SEFIP o montante total adquirido de produtores pessoas físicas no campo “Valor da Produção Rural – Pessoa Física” (Capítulo IV, item 6.5 do Manual da GFIP/SEFIP).

O sistema irá gerar a GPS com o código 2607, que deverá ser desprezada. Deve-se emitir uma GPS manual utilizando o código 2615 – Recolhimento Sobre a Comercialização de Produto Rural – Exclusivo ao SENAR.


Observação

Note que haverá divergência entre o valor informado em GFIP/SEFIP e o valor efetivamente recolhido, o que poderá bloquear a CND da empresa. Nesse caso, deve-se procurar uma Unidade da Receita Federal do Brasil com a documentação em mãos, comprovando que a diferença entre o informado e o recolhido foi depositada judicialmente ou esteja prevista em liminar ou decisão judicial.

uição

Todas as empresas, inclusive frigoríficos, devem fazer a retenção e o recolhimento



 PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS	3. CÓDIGO DE PAGAMENTO	2615
	4. COMPETÊNCIA	MM/AAAA
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:	5. IDENTIFICADOR	CNPJ do Adquirente
	6. VALOR DO INSS	
	7.	
	8.	
2. VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	0,2% - SENAR
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado	10. ATM/MULTA E JUROS	
	11. TOTAL	0,2%
12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		

Instruções para preenchimento no verso.

NOTAS

- Utilizando o código 2615 o campo 6 – Valor do INSS deverá ficar em branco.
- Caso o adquirente retenha e recolha também o RAT – Riscos Ambientais do Trabalho, deve-se adotar o mesmo procedimento, porém, com GPS código 2607, informando o valor do RAT no campo 6 da guia.

Para informações adicionais, entre em contato com o Setor de Arrecadação do SENAR-PR pelo telefone (41) 2106-0412 ou pelo e-mail machado@senarpr.org.br .

EXPEDIENTE



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Chico Mentira driblou 200 tiros

Por **Christiane Kremer**, de Pinhão

Quem chega ao município de Pinhão, no Centro-sul do Estado, 300 km da capital, nem imagina que antigamente as “coisas” se resolviam na base do “trêsoitão”. Com pouco mais de 30 mil habitantes, metade vive na área rural, hoje é uma cidade tranquila, civilizada, com baixos índices de agressão com arma de fogo, segundo o delegado da cidade Luiz Alberto Vicente de Castro.

Mas nem sempre foi assim, afinal, o município não ganharia a fama de “cidade de bandoleiros” de graça. O escritor pinhãoense Renato Ferreira Passos, 76 anos, conta algumas histórias em seu livro “O Pinhão que eu conheci”. Ele mesmo diz que presenciou pelo menos três homicídios com arma. “Por qualquer coisa saíam atirando. Era comum andar armado em Pinhão”, conta o autor.

O caso ocorrido com o jovem Chico Mentira, narrado por Passos em seu livro, ajudou a disseminar a imagem de terra de gente braba.

A história aconteceu por volta de 1920, quando Chico Mentira, 17 anos, foi julgado por um acidente ocorrido com ele e seu amigo, filho de um grande fazendeiro da região. Ambos encontraram uma arma e trataram de testar a novidade. Chico se deu mal, ao atirar acidentalmente no amigo. Assustado, fugiu e foi se apresentar para o delegado da cidade.

Entre a vida e a morte, em meio a delírios, o rapaz baleado repetia a frase “não foi culpa do negrinho”, referindo-se ao Chico. Depois de quase uma semana, faleceu. Em seu enterro os valentões da cidade decidiram o destino de Chico. “Vamos linchar o Mentira”, começou um agitador, que em pouco tempo já havia reunido mais 60 homens dispostos a detonar o rapaz.

200 tiros, um de raspão

Após tomarem coragem, “um balde de pinga”, segundo o livro, num dos botecos, 60 homens a cavalo, arrancaram Chico Mentira da delegacia. O delegado não estava e facilitou o plano. Jogado



Lineu Filho

Escritor Renato Ferreira Passos, autor de “O Pinhão que eu conheci”

no meio da estrada, Chico começou a ser alvejado como num tiro-ao-alvo. O processo judicial, ao qual Passos teve acesso, indicava 200 tiros no total. Chico teria virado peneira se o inexplicável não tivesse acontecido: dos 200, apenas um tiro acertou o Chico e de raspão.

A explicação para o ocorrido não se sabe. O fato é que o sortudo do Chico saiu ileso, apresentou-se à delegacia de Guarapuava e denunciou os bandidos. Sessenta pessoas foram processadas. Passos tem até fotos do júri, com os bandoleiros no banco dos réus. O que também não se sabe é o paradeiro do Mentira, que sumiu pelo mundo e, como um bom final de “causo”: “ninguém soube mais, nem nunca mais se viu o Chico Mentira”. Mas dizem que volta e meia ele aparece em as-sombração debaixo dos pinheiral.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____